

Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais

ISSN: 2238-8052

<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu>

Artigo recebido em 14/05/2017 e aceito em 13/07/2017.

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO: UM QUADRO ATUAL A PARTIR DO MST

*SPATIALIZATION AND TERRITORIALIZATION IN THE STRUGGLE FOR LAND
AND FOR AGRARIAN REFORM IN PERNAMBUCO: A CURRENT FRAMEWORK
OF MST*

Hugo Arruda de MORAIS¹

RESUMO

Este artigo possui como objetivo, a exposição de parte dos resultados da pesquisa de doutoramento intitulada: Territórios, territorialidades e discursos em torno dos Projetos de Assentamentos Rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas. Para tal, objetivamos apresentar um debate centrado nas ocupações como forma de acesso à terra do camponês, apresentando para isso os sentidos e desdobramentos na espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária. Também, em números, faremos uma atualização das ações do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, reafirmando a sua capacidade de atuação em Pernambuco, especialmente, no município de Passira.

Palavras-chave: Ocupação. Territorialização. MST. Reforma Agrária. Pernambuco.

ABSTRACT

This article aims to present part of the results of the PhD research entitled: Territories, territorialities and discourses around the Rural Settlement Projects in Passira-PE: a discursive analysis of the socio-territorial inclusion process of settled families. The focus is to promote a debate centered on occupations as a way of land access. Presenting, for this purpose, the means and development of spatialization and territorialization in the struggle for land and for agrarian reform. Also, in numbers, we will update the Landless Workers Movement actions, reaffirming their operational capacity in Pernambuco, especially in the municipality of Passira.

Keywords: Occupation. Territorialization. MST. Agrarian reform. Pernambuco.

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia UFPE. E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é, assim, mais um dos muitos movimentos sociais que foram gestados nesse processo histórico da luta pela terra empreendida pelos camponeses nos vários espaços do país. Desde a sua gênese, de 1979 a 1984, e o início do seu processo de territorialização pelo Brasil, em 1985², o MST traz na sua essência a luta pela terra como o caminho necessário para se enfrentar os latifúndios e para a realização da reforma agrária.

Não há um único fator que explique a gênese e formação do MST. De fato, o movimento é fruto de um contexto político e econômico específico, de forte endurecimento do Estado contra as organizações camponesas e de políticas de desenvolvimento agropecuário que impossibilitariam avanços da qualidade de vida dos camponeses pobres do país. O que faz com que sua origem e formação esteja ligada ao processo histórico de lutas e resistências empreendidas pelos camponeses contra o capital em vários estados do país. Daí o surgimento ser em vários estados de forma simultânea (STEDILE, 2005). Não havendo uma única ação ou momento, mas “[...] um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos” (FERNANDES, 1999, p. 40).

Dentre os fatores históricos bem evidentes e que justificam a gênese do MST, podemos destacar as transformações na agricultura brasileira com “a modernização dolorosa”, a luta pela democratização e contra o regime militar. Não é um movimento fruto de uma vontade do camponês, mas de um contexto político e histórico do país:

Não podemos desvincular o surgimento do MST da situação política do Brasil naquela época. Ou seja, o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979, e à luta pela democratização da sociedade (STEDILE, 2005, p. 22).

Toda a política de repressão às organizações camponesas impostas pelos militares, a partir da década de 70, do século XX, as transformações na agricultura brasileira, por meio da mecanização do campo, desencadeada pelos “pacotes tecnológicos”, possibilitaram a

² Segundo Fernandes (1999), a gênese do MST seria todos os processos e ações interligados que possibilitaram a formação do MST: “De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. Em, 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil” (FERNANDES, 1999, p. 40).

consolidação da forte concentração fundiária e um processo intenso de marginalização, expulsão do campo e resistência do camponês:

[...] os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive (STEDILE, 2005, p. 17).

Por isso, o próprio caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo do Brasil explica o processo de surgimento do Movimento Sem-Terra. A mesma estrutura fundiária concentradora que exclui e explora, gerou o seu opositor (OLIVEIRA, 2007). Da mesma forma que o processo de expansão do capitalismo concentra a terra e possibilita a existência do mecanismo da renda da terra, essa estrutura cria e recria o camponês, mesmo que de forma precária e marginalizada, e, contraditoriamente, possibilitou o surgimento do MST e de outros movimentos socioterritoriais que lutam pela terra:

Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram a contestar a estrutura fundiária vigente. Organizados a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos sem terra, que depois, em 1984/5, unificaram-se formando o MST. Portanto, a modernização da agricultura excludente em sua essência, gerou o seu oposto, a luta dos camponeses sem terra do Brasil pelo acesso à terra. As contradições aprofundadas no período do governo militar, geraram a base social para a luta pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p. 159).

Daí porque podemos afirmar que se constituindo como parte histórica das lutas camponesas na busca do direito à terra e a melhores condições de vida e de trabalho³, o próprio MST, enquanto movimento socioterritorial, é fruto do processo de expansão contraditória do capital no campo desencadeada pelos governos militares no Brasil:

Este século passado, foi um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso à terra. É no interior destas

³ Como afirma Oliveira (2007), o MST é mais um dos vários movimentos sociais que lutaram e lutam pela terra no país. É uma parte da história do campesinato no Brasil. Porém, este é o movimento mais organizado: “O MST é parte desta luta do campesinato brasileiro, mas o MST é sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, porque, é aquele que tem uma organização mais sólida, de caráter nacional” (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

contradições que tem surgido os movimentos sócio-territoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Nesse sentido, o MST é fruto da lógica desigual do capitalismo no campo do país:

[...] o MST não é resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto de uma proposta da Igreja, nem do movimento sindical. Embora tenha recebido apoio da conjugação dessas forças políticas. O MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O Movimento é fruto dessa realidade e não das instituições (FERNANDES, 1999, p. 274).

E é a partir da década de 1980 que as ações e mobilizações dos camponeses contra o processo de exploração imposta pelo capital, ganham novos contornos. Pois, o MST conseguiu unir em torno da luta pela terra e pela RA milhares de camponeses numa verdadeira mobilização de expropriados para entrar na terra dominada pelo latifúndio, uma luta de negação do seu presente, da sua realidade:

Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutivo e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Constituindo-se numa luta para entrar, mas também, para permanecer na terra:

[...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Dessa forma, desde a gênese e sua formação, o MST faz da luta contra o capital, uma luta pela terra. Lutar para entrar e permanecer na terra eram o caminho necessário para se enfrentar os problemas vividos pelo camponês⁴. Sendo a Reforma Agrária (RA) uma conquista que se

⁴ É importante destacar que o MST traz na sua trajetória histórica de luta pela terra e pela RA, a necessidade da conscientização do camponês do seu processo de exploração e da necessidade de lutar para a conquista da terra. Nesse processo de gestão e organização do MST, é importante destacar a atuação ideológica da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT foi fundamental na constituição do movimento, uma vez que por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) houve um processo de socialização do camponês na luta pela terra. As CEB permitiram uma reflexão e

alcançaria no Brasil no momento em que o camponês tivesse consciência dos seus problemas e os da sociedade: “A luta pela terra se transforma em luta pela RA e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade” (STEDILE, 2005, p. 119).

Por isso, o desafio do MST sempre foi massificar a luta pela terra e a propriedade camponesa (STEDILE, 2005). Massificar significa incorporar várias famílias dentro da mesma bandeira, buscando com que estas passassem a ter consciência da necessidade de lutar pela terra e por novos direitos, como escola, casa, trabalho, dignidade. Num processo de ressocialização e de libertação:

O maior desafio é massificar a solução para isso, porque são milhões de pessoas envolvidas. O que o movimento faz é organizar alguns milhares. [...] Acreditamos que, se massificamos a luta, a solução se torna mais rápida, porque obriga o Estado também a ser mais rápido. [...] massificar significa incorporar enormes contingentes populacionais, envolver milhões. É libertá-los, quer dizer, construir a dignidade para todos (Ibidem, p. 120).

Mas de que forma lutar pela terra? Como organizar os camponeses dispersos nas cidades e no campo? Como organizar e massificar a luta pela terra e realizar a RA nas várias regiões do país?

Numa tentativa de organizar a luta, a estratégia básica dos sem-terra foi a da ocupação de terras improdutivas, públicas e particulares, em que a RA só sairia a partir do momento em que ocorresse ocupações:

[...] reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas. Sabíamos que, mesmo com o novo governo, civil agora, não dava para ficar esperando pela boa vontade das autoridades. O povo deveria pressionar. Essa era nossa garantia (Ibidem, p. 51).

conscientização do camponês com relação ao processo de exploração imposta pelo capital, a partir da modernização do latifúndio (FERNANDES, 1999). A atuação da Igreja foi fundamental para um processo de conscientização da luta pela terra empreendida pelo movimento (FERNANDES, 1999). De acordo com o Coordenador Nacional do MST, João Pedro Stedile (2005), a CPT teve um papel decisivo na luta pela terra a ser desenvolvida pelo movimento. Essa pastoral social da Igreja aplicou a Teologia da Libertação na prática, conscientizando e mostrando aos camponeses a necessidade da luta pela terra: “A igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra’. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (STEDILE, 2005, p. 20). Referências que estão presentes no debate do primeiro congresso do movimento: “No campo, a ditadura militar reprimiu as organizações dos camponeses, seus líderes foram assassinados, presos ou exilados, e sufocou o debate e a elaboração teórica sobre a questão agrária no Brasil. O governo militar impôs uma política de modernização da agricultura, para atender a demanda urbano-industrial e do mercado externo, sem fazer reformas na estrutura fundiária. Modernização que aprofundou a exclusão social, aumentando o êxodo rural, as desigualdades tecnológicas e nas relações sociais no campo. Nesse contexto, cresceram as lutas populares em defesa da Reforma Agrária, pela reorganização sindical e contra o governo militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgida em 1975, foi muito importante na retomada das lutas e na organização dos camponeses. Além disso, mesmo com toda a repressão do regime militar, a luta pela terra continuou ocorrendo em todas as regiões do país” (Fonte: <http://antigo.mst.org.br/node/839>).

Com as ocupações, formaria-se os acampamentos e, posteriormente, a constituição dos assentamentos, seriam uma das principais estratégias do MST (e de outros movimentos sociais) para chamar a atenção da sociedade e do Estado com relação à necessidade de ações que visem agilizar o processo de RA no país (GOHN, 2003).

Centrados nessa estratégia, desde a sua gênese, com a sua massificação a nível nacional, o movimento colocou as ocupações como forma de luta possível e caminho para a realização da RA no Brasil, num processo claro de espacialização e territorialização da luta pela RA (FERNANDES, 1999). Sendo essa uma ação determinadora:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a (FERNANDES, 1999, p. 10).

A ocupação foi a forma de acesso à terra, bem como a condição básica para criação e recriação do camponês enquanto classe social. Foi a estratégia encontrada de unir o camponês na luta contra a exploração e expropriação do capital:

[...] luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (Ibidem, p. 271).

Era o caminho que justificaria o processo de acesso à terra pelo camponês e de conscientização e construção de uma nova sociedade, por meio da RA. As conquistas que passam pelo enfrentamento à concentração fundiária da terra, por meio de um programa de desapropriações rápidas para milhões de famílias sem-terra, e da conscientização do sujeito sem-terra dos seus problemas e os que a sociedade enfrentam, refere-se ao processo que: “A luta pela terra se transforma em luta pela reforma agrária e, em consequência, num projeto político dos trabalhadores se estes, na sua luta, adquirirem consciência social para mudar a sociedade” (SETEDILE, 2005, p. 119).

Por isso, a pressão pela RA se faz pelo enfrentamento direto ao latifúndio, num processo em que os territórios dos Projetos de Assentamentos (PA) tornam-se frações do espaço conquistado pelas famílias que lutam e participam do movimento.

2. OCUPAÇÕES COMO FORMA DE ACESSO À TERRA: SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS NA ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA

As ocupações se tornaram fundamentais no processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Por meio de discursos e das ações em torno das ocupações, o MST conseguiu unir famílias pobres e marginalizadas que acreditam na possibilidade de transformação da sua condição de vida (MST, 2010). Isso porque, no entendimento do movimento social, sem ocupação não tem como haver desapropriação dos latifúndios: “Onde não tem o MST, não tem desapropriação. Onde o movimento é mais fraco, menor é o número de desapropriações, de famílias beneficiadas” (STEDILE, 2005, p. 115). Sendo esta a principal forma de pressão para a realização da RA:

[...] as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir (STEDILE, 2005, p. 117).

Desse modo, a ocupação é um instrumento à cidadania, ação que possibilita o processo inicial de inclusão socioterritorial.

Para que haja ocupação, é necessário haver famílias participando, tornando-se a base das novas comunidades criadas: “A ocupação dá sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança. Por isso, é que não dá certo ocupação só com homem” (STEDILE, 2005, p. 115). Nesse aspecto, as famílias que compõem o corpo social dessas ações apresentam um histórico de forte ligação com a agricultura: “Os acampamentos dos sem-terra são formados por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-frias, meeiros e querem ter a própria terra para plantar” (MST, 2010, p. 17). E que depositam nas ocupações a possibilidade real de mudança de vida, constituindo-se como um espaço de esperança: “[...] enxergam na organização dos trabalhadores rurais uma alternativa para a conquista da terra, para melhorar a sua condição de vida, ter sua casa, uma horta para plantar e trabalhar, dar educação, lazer e garantir saúde para a família” (MST, 2010, p. 17).

Segundo o MST, os espaços criados nas ocupações são de luta, resistência, solidariedade e com possibilidade de mudança:

As famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer. No entanto, encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas

juntos. Nesse processo, percebem que essa é a melhor maneira de enfrentá-los. Mesmo anos embaixo da lona preta, resistem por conta da perspectiva de conseguir a terra, entrando em um programa de reforma agrária (MST, 2010, p. 17).

Nessa perspectiva, cabe indagar qual os sentidos e desdobramentos para essas famílias a participarem as ocupações?

Com base nas reflexões feitas por Fernandes (2000), entendemos que a ocupação é uma ação de famílias camponesas em torno do MST e de outros movimentos sociais no que concerne ao processo de luta pela terra, contra o capital e o processo de exploração imposta pela renda da terra:

[...] a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra (FERNANDES, 2000, p. 280).

A ocupação é uma forma de materialização da luta contra a exploração sofrida e vivenciada historicamente: “A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes” (FERNANDES, 2000, p. 280). É uma ação de intervenção e tentativa de modificação da realidade: “A ocupação é uma forma de intervenção dos trabalhadores no processo político e econômico de expropriação” (FERNANDES, 2000, p. 281).

Fruto de um processo de espacialização e territorialização da luta contra o capital, a ocupação torna-se uma forma de recriação do camponês sem-terra através da resistência (FERNANDES, 2000). Isso porque, com a ação de ocupar latifúndios improdutivos, tem-se a territorialização do camponês e conseqüentemente a desterritorialização do capital⁵. Constituindo-se como única forma de acesso à terra como propriedade sua e possibilidade de modificação da vida, através da conquista de direitos básicos de cidadania⁶:

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua

⁵ Segundo afirma Fernandes (2000), o sem-terra ocupa a terra onde o capital se territorializou, gerando um processo de conflito e embate com o capital: “Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração - terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000, p. 286).

⁶ Segundo Fernandes (2000), as ações de ocupações se constituem como um desafio para o Estado e é uma forma de resistência e de defesa dos interesses dos trabalhadores, uma vez que é uma ação que visa sobretudo à busca por direitos básicos: “A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania” (FERNANDES, 2000, p. 282). Por isso, criminalizar as ocupações é aceitar a exploração imposta pelos latifundiários aos camponeses.

recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (Ibidem, p. 281).

Por isso, Fernandes (2000) parte da concepção de que a ocupação de terras é uma forma de organização camponesa, pela qual, meio das ações do MST, as famílias camponesas constroem um novo desafio de vida, novas experiências, a partir do embate contra o Estado e o latifundiário:

Primeiro é preciso dizer que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral (Ibidem, p. 281).

É uma ação que o camponês toma como necessária para a sua sobrevivência e a da sua família. É o momento de avaliar o presente e o passado, de agir para mudar o seu mundo, tornando-se uma forma de socialização, de conquista de terra e de reinserção. Ao mesmo tempo, é uma forma de organização de resistência que se dá a partir das necessidades, permitindo a construção de práxis e a formação de consciência e de identidade:

Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocuparem e conquistarem a terra se reinserem na produção capitalista das relações não capitalistas de produção (Ibidem, p. 280).

É com as ocupações que se inauguram novas questões, dúvidas e embates:

Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (Ibidem, p. 282).

Por isso, dentro da perspectiva de Fernandes (2000) e da própria realidade em estudo, entendemos que é através das ocupações que se iniciam, de fato, as modificações na histórica de exploração dos camponeses, por meio de uma consciência social da necessidade de lutar pela terra e por novos direitos, como escola, casa, trabalho, dignidade: “A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência” (Ibidem, p. 282).

Essas ações representam um processo de elaboração de espaços de recriação dos camponeses, uma vez que não se consegue entender as atividades humanas fora dos seus espaços de referência e existência. É no e a partir desses espaços que os camponeses reproduzem-se e transformam permanentemente suas vidas, existências, coisas, objetos, trabalhos e a si mesmos. O que nos faz concordar com Feliciano (2006) quando afirma que os sujeitos, nesse processo, buscam recriar-se enquanto classe, mas também desenvolver práticas de autogestão e liberdade: “A ocupação de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução do modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade” (FELICIANO, 2006, p. 103).

Por isso, as ocupações, enquanto materialidade, imaterialidade e forma de luta, são apropriadas e usadas pelo conjunto de camponeses que se organizam segundo suas relações sociais cotidianas e a partir de ações intencionais em torno do MST, numa perspectiva de mudança real de sua vida e a partir de uma consciência de mudança e sobrevivência.

Daí a importância e o papel fundamental do trabalho de base do movimento, uma vez que o camponês passa a ter contato direto com os discursos e as práticas de luta pela terra e pela RA.

Segundo Fernandes (2000), o trabalho de base e, conseqüentemente, a formação da consciência política (da necessidade de sobrevivência) camponesa, é resultado da espacialização da luta pela terra. É um processo que se dá nas comunidades locais e que se estabelece a partir da construção de experiências, da troca de informações dos indivíduos nos seus locais de vida:

A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências (FERNANDES, 2000, p.282).

É nesse trabalho de base que vários camponeses e suas famílias passam a dividir experiências com seus pares e a vivenciar juntos a possibilidade de modificar seu quadro (histórico) de exploração e expropriação imposta pelo capital. Esses encontros permitem a construção de um processo de formação de uma nova mentalidade, uma possibilidade de reflexão e a formação de uma consciência e leitura vivida⁷.

⁷ Segundo afirma Fernandes (2000), este trabalho de base se dá de forma distinta, de acordo com o tempo, lugares e experiências. Constituído-se por meio do espaço comunicativo (primeiras informações) e interativo (espaço da experiência antes e depois da ocupação e que se estabelece nas práticas de organização social).

Por isso, os acampamentos, enquanto materialização das ocupações, são realidades em transformação da vida do trabalhador. Refletindo a organização do movimento e traduzindo ações e os processos de espacialização e territorialização:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização (Ibidem, p. 293).

A ocupação é um espaço interativo da constituição política e do aprendizado⁸. Pois há a formação da consciência da luta, a partir das trocas de experiências e da formação subjetiva da possibilidade de transformação e construção de um novo destino. O espaço é, assim, o encorajamento para participar das ocupações, num processo em que os sujeitos decidem onde, como e quando vão ocupar a terra, a partir da sua realidade. Inclusive, num processo de mostrar à sociedade sua real situação de vida: “As ocupações, passeatas e atos públicos revelam para a sociedade a condição de exclusão vivida pelos sem terra” (PEDON, 2009, p. 208).

Daí, concordamos com Sauer (2003), quando este afirma que a luta pela terra é delimitada geograficamente numa estrutura espacial que possibilita modificações dentro do quadro social, político e econômico, abarcando um conjunto de transformações no campo e redistribuindo a propriedade da terra, o poder, bem como redirecionando e democratizando a participação da população. Sendo, assim, para o camponês uma possibilidade real de alcançar terra, emprego e renda, criando, inclusive, melhores condições de vida no meio rural⁹ (SAUER, 2003). Isso porque é no local de vida que começa o entendimento de todo o processo de organização e das representações do cotidiano:

A estrutura espacial (entendida como resultado de processos sociais, inclusive de embates pelo poder) é parte fundante da construção e representação da vida cotidiana. A luta pela terra materializa esta importância porque é, explicitamente, a busca por um lugar, geograficamente localizado e delimitado (SAUER, 2003, p. 19).

⁸ Com a ocupação, as famílias podem organizar-se de diversa formas. Existem várias experiências, dentre elas: a de dividir a terra em lotes e começar a trabalhar individual ou coletivamente, a de ocupar as margens de rodovias (FERNANDES, 2000). Essas formas de organização mostram que já na ocupação inicia-se o processo de novas práticas e métodos de organização dos espaços de vida e de trabalho.

⁹ Sauer (2003) argumenta que: “A democratização do acesso à propriedade da terra – mais do que uma simples política social compensatória de combate à pobreza rural – representa a possibilidade da construção de identidades e cidadania no meio rural” (SAUER, 2003, p. 16).

Nessa perspectiva, o desdobramento principal das ocupações é a construção de uma experiência socioespacial que resulta da ação coletiva, a partir da organização e mobilização para a construção de um processo de inclusão socioterritorial, a partir dos territórios dos PA. O que permitirá não só a constituição de uma consciência de resistência e de superação da expropriação vivenciada anteriormente¹⁰, mas também, da continuidade da luta por novas conquistas no/e a partir dos territórios. Daí porque a ocupação é fruto da espacialização e/ou espacialidade da luta pela terra empreendida por famílias camponesas a partir das ações dos movimentos sociais (e vice-versa) (FERNANDES, 2000).

Nesse sentido, os territórios dos PA representam a materialização do discurso e das ações da luta pela terra empreendida por famílias de camponeses em torno dos movimentos sociais, principalmente do MST. Constituindo-se como frações da luta pela terra, da espacialização e territorialização desta:

Do ponto de vista dos movimentos sociais o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e resistência. Do ponto de vista do Estado o assentamento é um projeto social resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária. Por essas definições o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1998, p. 21)

Pensamento também compartilhado por Feliciano (2006) quando este último disse que os assentamentos são como pontos de partida e de chegada da luta pela terra: “O assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra e é ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução enquanto classe social” (FELICIANO, 2006, p. 119).

Ou ainda, como diz Girardi (2008), ao afirmar ser os territórios dos PA repostas à luta pela terra empreendida pelos camponeses. Com efeito:

[...] a luta pela terra e a conseqüente criação de assentamentos é uma forma de recriação do campesinato. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI, 2008, p. 274).

¹⁰ Conforme Fernandes (2000), as conquistas de algumas famílias a partir da territorialização da luta pela terra são difundidas e especializadas para outras. Isso serve de base para ações futuras e o encorajamento e possibilidade de participação de novas famílias de camponeses: “Experiências espacializadas agilizam a organização porque os grupos de famílias trabalham desde as experiências vividas e avaliadas. Nesse sentido, o começo de uma luta tem como referências outras lutas e conquistas. Assim, ao consumarem suas conquistas, territorializando-se, terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências” (FERNANDES, 2000, p. 291).

Ou, segundo Oliveira (2001), o assentamento é o território de quem luta e lutou por direitos e novas formas de trabalho: “Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto” (OLIVEIRA, 2001, p. 194). Constituindo-se em territórios que têm por base a inclusão a partir da coletividade ou das ações coletivas:

A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

Por isso mesmo, além de frações da luta pela terra, os PA são territórios que possibilitam dominação do camponês, a partir de uma nova caminhada para as famílias que trazem em sua história os processos de expropriação e exploração impostos pelo capital. Esses territórios trazem na sua constituição a unidade camponesa, tornando-se não só um espaço de produção e trabalho, mas também um local de formação de uma coletividade, fortalecida a partir das sociabilidades:

As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida (MST, 2010, p. 21).

Por isso, a questão central dos PA é colocá-los como espaços construídos dentro de um processo carregado de intencionalidades, de relações conflituosas, dos processos diferentes dos predominantes; mas, principalmente, da leitura das territorialidades políticas¹¹ e dos discursos presentes. Mesmo sendo fruto da espacialização e territorialização dos movimentos sociais, tornando-se: “[...] a grande contribuição do MST para a sociedade brasileira” (MST, 2010, p. 21), os PA são territórios que existem e libertam o camponês, enquanto classe social, a partir do próprio cotidiano das famílias:

[...] Os assentamentos caminham no sentido da resolução das necessidades das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizam a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas (MST, 2010, p. 21).

¹¹ Como aponta Bitoun (1993), as ações dos movimentos sociais acontecem no campo do conflito e das ações políticas, sendo necessário fazer uma leitura política dos territórios e das territorialidades desses movimentos, como forma de observar o que as territorialidades estão promovendo de diferente, de novo.

Nessa perspectiva, pensar os PA é articular não só as ações dos movimentos sociais, especificamente, o MST, mas também a capacidade das famílias de serem sujeitos políticos capazes de organizar social e territorialmente os assentamentos, tornando-os territórios com “espaços de vida própria” (PORTO-GONÇALVES, 2005). Isso para que tais territórios possam, pois, ser usados e praticados pelos camponeses, num processo constante de interação, conscientização e formação política, além de conflitos internos¹², pois nem sempre há consenso.

3. MST E A PERMANÊNCIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL: AS OCUPAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As ações do MST em torno da luta pela terra ao longo do segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) e do primeiro da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) confirmam a sua capacidade de mobilização e a não realização das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Entre 2003 e 2014¹³, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuaram no Brasil 126 movimentos socioterritoriais (Quadro 1) em 24 Estados da federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Quadro 1: Brasil – Número e movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano – 2003/2014.

Ano	Movimento socioterritorial	Quantidade
2003	ASPROJA, CETA, CONTAG, CPT, FERAESP, FETAEG, FETAEMG, FETAPE, FETARN, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCPCO, LCPNM, MAB, MAST, MLST, MLST, MLTRST, MMA, MSO, MSST, MST, MTAA, MTB, MTL, MTR, OLC, OTC, SAF, SIMPRA, STF, STL, STR, UAPE, VIA CAMPESINA.	35
2004	ACRQBC, ADT, ARTS, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETACRE, FETADEF, FETAEG, FETAEMG, FETAERJ, FETAES, FETAG, FETAGRI, FETRAF, LCPCO, LCPNM, LCPR, MAB, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTO INDÍGENA, MOVIMENTO QUILOMBOLA, MPA, MPT, MSONT, MST, MTB, MTL, MTRSTP, MTV, MUST, OLC, OTC, SINTRAF, STR.	39

continua

¹² Como nos aponta Bitoun (1993), as ações dos indivíduos políticos, agindo nos movimentos sociais, constituem manifestações na sociedade por meio das quais, através de relações e campos de poder e conflitos, os espaços vão ganhando novas existências e sentidos de organização. Essas novas organizações são resultado das intencionalidades de cada um dos atores sociais ao construir seus territórios. Ao mesmo tempo, cada território passa a existir e acontecer, concomitantemente, enquanto realidade material e imaterial territorializada. Essas ações vão ser diversas e carregadas de intencionalidades, como resultado da relação entre os indivíduos e o movimento, como também da relação entre sujeito e objeto.

¹³ O período histórico tomado como referência tem por base o lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

continuação

2005	ACRQBC, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, FAF, FETAEG, FETAEMG, FETAEP, FETAERJ, FETAG, FETAGRI, FETAPE, FETRAF, FETRAF, FST, MOVIMENTO INDÍGENA, LCPNM, LCPR, MAST, MCNT, MLST, MLT, MOVIMENTO QUILOMBOLA, MPA, MST, MSTR, MTL, MTR, OAC, OLC, SS, STR, TUPÁ 3E.	34
2006	ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETAEMG, FETAES, FETAET, FETAGRI, FETAPE, FETRAECE, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, LCP, LOC, MAB, MAST, MBUQT, MLST, MLT, MOVIMENTO INDÍGENA, MOVIMENTO QUILOMBOLA, MST, MTAA, MTD, MTL, SS, STR, STR, TUPÁ 3E, VIA CAMPESINA.	33
2007	ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CTV, CUT, FAF, FERAESP, FETAEG, FETAEMA, FETAG, FETAGRI, FETAPE, FETRAECE, LCP, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPA, MST, MTB, MTL, OI, OLST, SER, SINTRAF, SS, STR, UNITERRA, VIA CAMPESINA.	35
2008	AST, CETA, CONTAG, CPT, FETAEMG, FETAES, FETAG, FETAG, FETAGRI, FETRAF, LCP, LCPCO, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTO QUILOMBOLA, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MST, MTB, MTD, OI, OLST, SINTRAF, STR, UNASFP, UNITERRA, VIA CAMPESINA,	28
2009	AMIGREAL, ASPARMAB, AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETAGRI, FETRAF, LCP, LCPNM, MAB, MAST, MLST, MLT, MMC, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MOVIMENTOS QUILOMBOLAS, MST, MTD, MTL, MTST, OI, SER, SINTRAF, SS, STR, TERRA LIVRE, UNITERRA, VIA CAMPESINA.	31
2010	ABUST, CETA, CODEVISE, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FERAESP, FETAEMG, FETAG, FETAGRI, MCP, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MOVIMENTOS QUILOMBOLAS, MST, MSTR, MTR, OI, STR, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA	22
2011	ATR, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETAEMG, FETAPE, FETRAF, MAB, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MOVIMENTOS QUILOMBOLAS, MST, MTD, MTST, OI, SS, STR, TERRA LIVRE, UNITERRA, VIA CAMPESINA.	21
2012	ATR, CETA, CPT, CUT, DIOCESE, FETAG, FETAGRI, FETRAF, LCP, MATR, MCR, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MOVIMENTOS QUILOMBOLAS, MRC, MST, MTL, MTTDS, OI, SINTRAF, STR, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT.	24
2013	ATR, CPT, CUT, FAF, FETAGRI, FETRAECE, FETRAF, FLTDC, FTL, MAB, MAST, MATR, MBST, MLBT, MLT, MOQUIBOM, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MOVIMENTOS QUILOMBOLAS, MPP, MST, MTAA, MTL, MVTC, OI, STR, STR, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT.	29
2014	CETA, CPT, FETAGRI, FNL, MOVIMENTO INDÍGENA, LCP, MAB, MBST, MLST, MLT, MNU, MPA, MPST, MST, MTO, MTR, OI, MOVIMENTO QUILOMBOLA, STR, TERRA LIVRE, VT.	21

Fonte: CPT, 2003 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Desse total de organizações camponesas, o MST ganhou destaque por apresentar o maior número de ocupações, estando presente em 2.051 das 3.596 que ocorreram, percentual de

57,03% no período. A partir dessa problematização, o movimento reuniu a maior quantidade de camponeses que buscavam exercer o seu direito de inserção territorial. Das 457.004 famílias envolvidas na luta pela terra, o movimento Sem-Terra tinha em torno de suas ações 315.309 (68,99%) (Tabela 1), além de estar presente e atuando em todos os anos analisados, não havendo intervalo na luta pela terra.

Tabela 1: Brasil - Número de ocupações e famílias no MST - 2003/2014

Região/UF	Ocupações	Famílias	Ocupações MST	Famílias MST
NORTE	367 (10,20%)	48.517 (10,61%)	75 (20,43%)	17.494 (36,05%)
AC	23	1.953	0	0
AM	2	400	0	0
AP	1	70	0	0
PA	249	37.065	42	12.452
RO	40	3.441	9	873
RR	8	1.215	7	1.135
TO	44	4.373	17	3.034
NORDESTE	1.496 (41,60%)	189.622 (41,49%)	907 (60,62%)	136.792 (72,13%)
AL	233	22.105	98	11.281
BA	388	50.290	219	39.627
CE	58	7.757	51	6.886
MA	32	7.123	19	4.901
PB	87	9.665	55	6.913
PE	596	75.469	386	51.692
PI	28	3.719	18	3.086
RN	32	6.543	19	5.455
SE	42	6.951	42	6.951
CENTRO-OESTE	396 (11,01%)	72.063 (15,76%)	147 (37,12%)	48.232 (66,93%)
DF	32	8.010	26	7.578
GO	144	27.663	72	21.070
MT	62	15.070	25	9.924
MS	158	21.320	24	9.660
SUDESTE	940 (26,14%)	92.138 (20,16%)	663 (70,53%)	67.252 (72,99%)
ES	26	3.112	17	2.270
MG	225	27.681	126	15.628
RJ	41	5.925	32	4.643
SP	648	55.420	488	44.711
SUL	397 (11,04%)	54.664 (11,96%)	259 (65,23%)	45.539 (83,30%)
PR	231	29.615	126	22.405
RS	106	16.703	52	8.487
SC	60	8.346	81	14.647
BRASIL	3.596 (100%)	457.004 (100%)	2.051 (57,03%)	315.309 (68,99%)

Fonte: CPT, 2003 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

No Brasil, as regiões Nordeste e Sudeste se destacaram como as que apresentavam o maior número de ocupações, sendo, respectivamente: 1.496 (41,60%) e 940 (26,14%). Também, a maior quantidade de famílias envolvidas na luta pela terra, totalizando 189.622 (41,49%) e 92.138 (20,16%). Só no SE houve 663 ocupações desencadeadas pelo movimento, representando 70,53%. No NE, o percentual é um pouco menor, sendo 60,62%, mas com um

número de ocupações na cifra de 907 imóveis. Em termos de famílias envolvidas, 67.252 e 136.792 representam o número exato no SE e NE. Se somado, essas famílias são 44,64% no Brasil, para o período de 2003 a 2014.

O maior número de ocupações do MST esteve nos estados de São Paulo e Pernambuco, com respectivamente, 488 e 386 para cada estado federado. Em São Paulo, esse número representou 75,30% do total no Estado e 51,91% na região SE. Já em Pernambuco o percentual de ocupações chegou a 64,76% a nível estadual e 25,80% regional. Somando as ocupações de ambos, o número de famílias envolvidas representa 21,09% no Brasil. Pernambuco se destaca com 51.692 (27,26% para a região NE) e São Paulo com 44.711 (48,52% para o SE).

Se tomarmos o quadro mais recente da luta pela terra, em 2014, observamos uma tendência à diminuição dos movimentos socioterritoriais que atuam no Brasil (Quadro 2), totalizando 21. Porém, também aí, ainda temos o MST como sendo aquele que se encontra mais especializado (Tabela 2), atuando em 18 Estados da federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Quadro 2: Brasil – Movimentos socioterritoriais e lugares de atuação – 2014

Sigla	Nome	Estados
CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	BA
CPT	Comissão Pastoral da Terra	PB
FETAGRI/PA	Federação dos trabalhadores na Agricultura	PA
FNL	Frente Nacional de Luta Campo e Cidade	SP
ÍNDIOS	Movimento Indígena	BA, MS, PR, RS, SC, SP, TO
LCP	Liga dos Camponeses Pobres	MG, PA
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	RS
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra	DF
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL
MLT	Movimento de Luta pela Terra	PR
MNU	Movimento Negro Unificado	SC
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	BA
MPST	Movimento Popular dos Sem Terra	SP
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PA, PB, PR, PE, RN, RS, SC, SP, SE, TO
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MG
OI	Organização Independente	MG, SC, SP, TO
QUILOMBOLAS	Movimento Quilombola	BA, MG, SC
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	AC, CE, PB, RO
TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO
VT	Via do Trabalho	AL

Fonte: CPT, 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Tabela 2: Brasil - Número de ocupações e famílias no MST – 2014

Região/UF	Ocupações	Famílias	Ocupações MST	Famílias MST
NORTE	21	2.687	8	2.196
AC	3	135	0	0
AM	0	0	0	0
AP	0	0	0	0
PA	5	1153	2	1000
RO	4	123	0	0
RR	0	0	0	0
TO	9	1276	6	1196
NORDESTE	61	6.608	41	5.105
AL	13	967	3	399
BA	17	1940	8	1105
CE	6	1300	6	1300
MA	0	0	0	0
PB	11	986	10	886
PE	10	1190	10	1190
PI	0	0	0	0
RN	2	110	2	110
SE	2	115	2	115
CENTRO-OESTE	21	5.631	6	4.808
DF	5	1248	3	1138
GO	3	3670	2	3550
MT	4	262	1	120
MS	9	451	0	0
SUDESTE	71	5.618	20	2.386
ES	1	110	1	110
MG	13	1114	6	650
RJ	0	0	0	0
SP	57	4394	13	1626
SUL	31	5.645	21	5.335
PR	8	1830	3	1700
RS	17	2060	13	1940
SC	6	1755	5	1695
BRASIL	205	26.189	96	19.830

Fonte: CPT, 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

O MST não só se destaca por apresentar o maior número de ocupações, já que esteve presente em 96 (46,86%) das 205 que ocorreram neste ano. Mas também por mobilizar a maioria das famílias que se colocaram à disposição de ocupar imóveis improdutivos, totalizando 19.830 das 26.189, um percentual de 75,71%. Em 2014, a capacidade de mobilização do movimento foi tão intensa que, com exceção da região Sudeste que contou com 42,47% de participação, as demais regiões chegaram a contar com um percentual superior a 70%: a região Sul contou com 94,50%; o Centro-Oeste teve um percentual de 85,38% das famílias para um total de 5.631; na região Norte, foram 2.196 famílias, representando 81,72%; e no Nordeste

foram 77,25% das 6.608. Há casos que em certos estados, as únicas ocupações que aconteceram contaram com a atuação do MST, como são os casos do: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

E nessa disputa territorial, por meio dos discursos e ações, o MST reafirma a RA como sendo fruto da luta pela terra empreendida pelos camponeses, sendo a ocupação o alicerce, a base, o motor da luta pela terra: “As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo” (MST, 2010, p. 09). Sem ocupação não há reforma agrária, uma vez que ela é uma prática que força o Estado a fazer cumprir a lei da função social da terra: “Sem elas, não há reforma agrária [...] são o principal instrumento dos trabalhadores rurais para que a lei seja cumprida”. (MST, 2010, p. 18). O que torna inquestionável o papel do MST no processo de mobilização das famílias de camponeses.

4. UM QUADRO ATUAL DA LUTA PELA TERRA E DA REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO: AS OCUPAÇÕES A PARTIR DO MST

O quadro atual da RA em Pernambuco ainda é marcado por fortes conflitos no campo. Como já afirmamos anteriormente, o processo de luta pela terra no Brasil e, por conseguinte, em Pernambuco, é muito antigo. Uma história em que os embates em torno deste tema não começaram com o MST. Porém, hoje, este movimento, constitui-se como um dos grandes responsáveis pela organização e mobilização dos camponeses no estado. A materialização desta luta, em torno dos PA, pode ser vista como resultado da pressão exercida pelo movimento.

Só para se ter uma dimensão desta afirmativa, no período de 2001¹⁴ a 2014, segundo dados obtidos junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), em PE houve 614 ocupações de terra, envolvendo 80.570 famílias de trabalhadores sem-terra em torno de 14 movimentos socioterritoriais¹⁵ (Quadro 3):

¹⁴ Considera-se como faixa temporal ao levantamento de dados, o período com início em 2001, uma vez que, a pesquisa de doutoramento que toma por base os relatos discursivos de famílias assentadas nos PA Independência e Varamé I. E segundo vários assentados entrevistados, o seu tempo de participação em ocupações e acampamentos junto aos movimentos sociais se deu entre 2001 e 2002. Não houve nas falas ocorrência de participação anterior a esse período.

¹⁵ É importante destacar que esse grande número de movimentos sociais conduz a uma certa fragmentação e em certa medida uma possível redução do poder dos camponeses.

Quadro 3: Pernambuco – Movimentos socioterritoriais – 2001-2014

Sigla	Nome
ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
Movimentos Indígenas	Movimentos Indígenas
OLC	Organização da Luta no Campo
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Via Campesina	Via Campesina

Fonte: CPT, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Desse total, o MST ganha destaque como o movimento socioterritorial com o maior número de ocupações para o período ora analisado, estando presente em 397, um percentual de 64,65%. Para se ter uma dimensão dessa capacidade de atuação, se fizermos uma soma das ocupações feitas pelos outros quatro maiores movimentos sociais, OLC (66), FETRAF (49), CPT (43) e FETAPE (40), observamos que o MST supera, também em números, os demais no que se refere nessa prática (Tabela 3).

Tabela 3: Pernambuco – Ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais – 2001/2014

	MST	OLC	FETRAF	CPT	FETAPE
2001	3*	0	0	1*	2
2002	8	0	0	4	0
2003	27	39*	0	4	6
2004	70	21	0	10*	0
2005	52	6*	3	2	24*
2006	41	0	22	1	5
2007	18	0	15*	4*	2*
2008	37	0	9	6	0
2009	16	0	0	2	0
2010	30	0	0	3	0
2011	27	0	0	0	1
2012	33	0	0	2	0
2013	25*	0	0	4*	0
2014	10	0	0	0	0
Total	397	66	49	43	40

*Ocupação conjunta com outros movimentos sociais

Fonte: CPT, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Além do mais, o MST estimulou a realização de ocupações em todos os anos analisados, não havendo intervalo na luta pela terra. Se tomarmos o exemplo do OLC¹⁶, segundo maior movimento social em termos de ocupação no estado, observamos um intervalo de atuação de nove (9) anos (Tabela 04). No mesmo período, das 80.570 famílias envolvidas na luta pela terra, o Movimento Sem-Terra reuniu a maior quantidade, totalizando 54.541, representando 67,69% dos ocupantes no Estado. Contra um total de 8.011 famílias no OLC (9,94%) (Tabela 04).

Só para clarear ainda mais o poder de atuação do MST, junto aos trabalhadores rurais, em 2004, ano com maior número de ocupações de imóveis no estado de Pernambuco, o movimento realizou 70 ações contra 33 dos demais. Se olharmos a capacidade de mobilização, observamos a reunião de 11.487 famílias na luta pela terra nesse ano, um número bem superior aos dos demais movimentos que juntos somaram 5.187 famílias, sendo 4.028 no OLC e 1.159 no da CPT. E mesmo havendo um quadro de diminuição das ações dos movimentos sociais no âmbito da luta pela terra, o MST continua sendo o que mais atua. Se tomarmos como referência, ainda, o ano de 2014, observamos que o movimento realizou as únicas 10 ocupações em PE, reunindo para isso 1.190 famílias (Tabela 4).

Tabela 4: Pernambuco – Relação Movimentos sociais, ocupações e famílias – 2001/2014

	MST		OLC		FETRAF		CPT		FETAPE	
	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.	Ocup.	Fam.
2001	3*	503	0	0	0	0	1*	400	2	196
2002	8	3.140	0	0	0	0	4	360	0	0
2003	27	4.906	39*	3.345	0	0	4	347	6	460
2004	70	11.487	21	4.028	0	0	10*	1.159	0	0
2005	52	5.415	6*	638	3	295	2	225	24*	964
2006	41	5.305	0	0	22	3.310	1	30	5	368
2007	18	4.305	0	0	15*	2.148	4*	501	2*	487
2008	37	4.885	0	0	9	9	6	160	0	0
2009	16	1.880	0	0	0	0	2	52	0	0
2010	30	3.268	0	0	0	0	3	90	0	0
2011	27	3.428	0	0	0	0	0	0	1	50
2012	33	2.269	0	0	0	0	2	170	0	0
2013	25*	2.560	0	0	0	0	4*	210	0	0
2014	10	1.190	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	397	54.541	66	8.011	49	5.762	43	3.704	40	2.525

Fonte: CPT, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

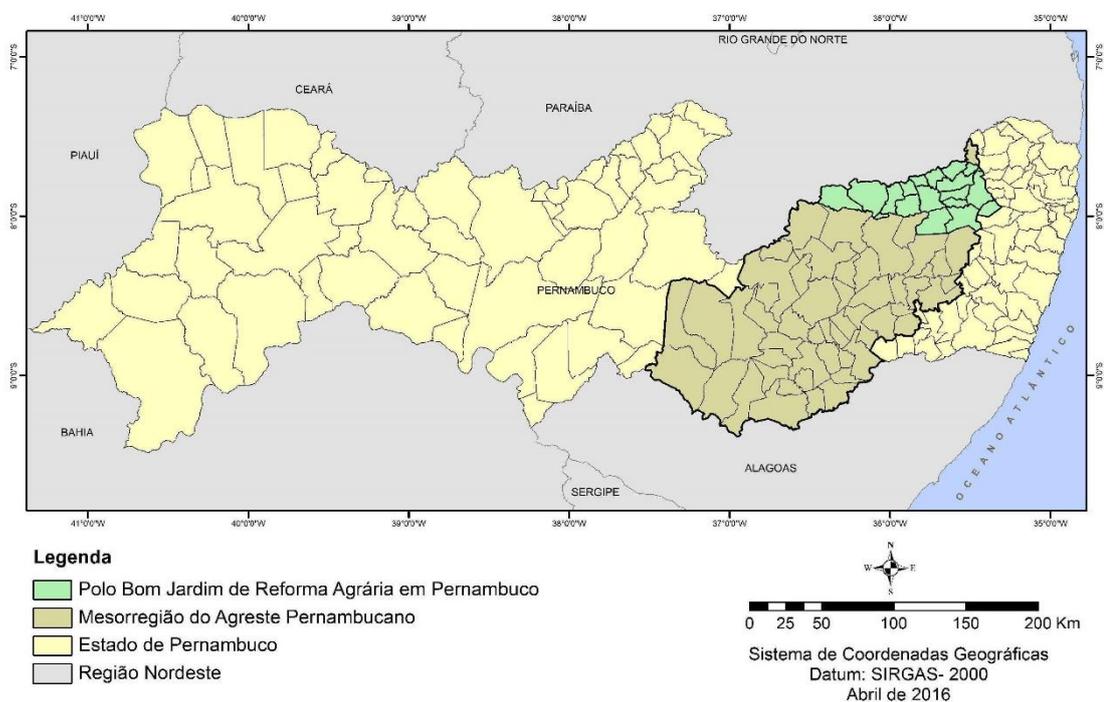
¹⁶ Segundo Souza (2009), o movimento socioterritorial OLC espacializa-se somente no estado de Pernambuco, sendo um movimento dissidente da FETAPE. Assim: “Conhecido pela sigla OLC, foi fundada em janeiro de 2003 na cidade do Recife e atua somente no Estado de Pernambuco origina-se de um “racha” entre dirigentes da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), entidade que reproduz no estado a política de conciliação de classes levada a cabo em nível nacional e pela CONTAG. Os principais líderes da OLC eram dirigentes da federação que resolveram criar seu próprio espaço de atuação política, pela conquista da terra.” (SOUZA, 2009, p. 85)

Dentro desse quadro, o MST se constitui como o movimento social com forte poder na luta pela terra em PE. Não só pelas ocupações realizadas, mas também pela capacidade no que concerne à formação da mobilização de pessoas nessas ações. Conseguindo, no período de 2000-2014, a partir da problematização do cotidiano, reunir um grande número de camponeses que buscavam exercer o seu direito de inserção territorial nos territórios do PA. Daí porque podemos afirmar, também, este movimento mais especializado em PE. Se observamos a sua distribuição espacial, dos 185 municípios de Pernambuco, de 2001 a 2014, o MST esteve presente em 109.

5. AS OCUPAÇÕES E A PERMANÊNCIA DA LUTA PELA TERRA EM PASSIRA-PE

Dos municípios pernambucanos que contam com forte atuação do MST, 10 se encontravam no Polo Bom Jardim¹⁷ (Figuras 1 e 2), área de atuação da Superintendência Regional do INCRA (SR/03): Bom Jardim, Cumaru, Feira Nova, João Alfredo, Limoeiro, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Vertentes.

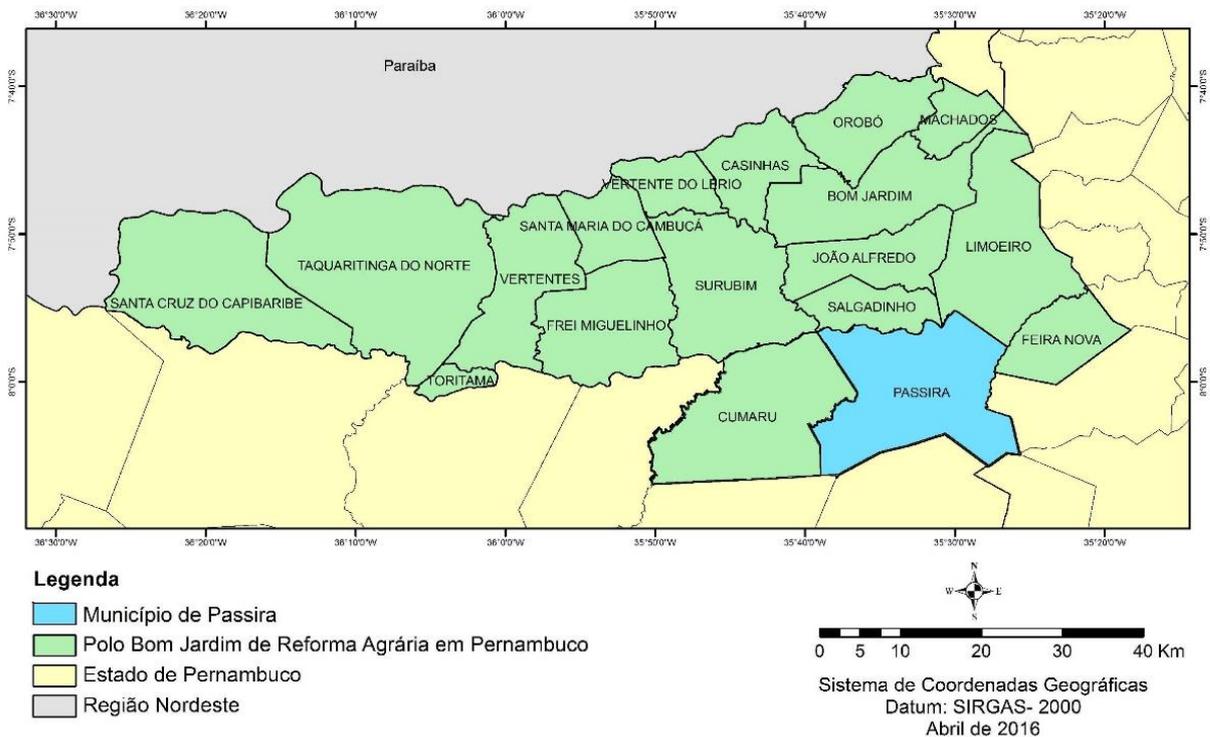
Figura 1. Pólo Bom Jardim na Mesorregião do Agreste de Pernambuco



Fonte: Dados do INCRA/PE. Organizado por Katielle Susane Silva.

¹⁷ Segundo representantes do Polo Bom Jardim, INCRA-PE, a região conta com um conjunto de 18 municípios do Agreste Setentrional e não foi delimitada por quantidade de ações dos movimentos sociais ou pelo número de assentamentos existentes, mas pelo critério de capacidade de atuação e atendimento da Superintendência.

Figura 2. Pólo Bom Jardim para Desenvolvimento de Reforma Agrária do Estado de Pernambuco



Fonte: Dados do INCRA/PE. Organizado por Katielle Susane Silva.

Segundo dados obtidos junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), para o período de 2001 a 2014, das 38 ocupações que ocorreram no Polo, cerca de 3.849 famílias de camponeses estavam envolvidas em suras atividades. Contando com a atuação de 04 movimentos socioterritoriais: MST, OLC, FETAPE e CPT. Deste total, 31 (81,5%) ocupações foram realizadas pelo MST, com a participação 3.062 (79,55%) famílias (Tabela 5), constatando novamente a potencialidade deste último.

Desses municípios, Passira destaca-se como sendo o que, dentro do processo de espacialização da luta pela terra, contou com 16 ocupações, um percentual de 51,61% dentro do Polo Bom Jardim e 2,60% com relação ao estado de Pernambuco. Essas ocupações tiveram a organização do MST e do OLC e contaram com a participação de 1.398 famílias de camponeses, sendo, respectivamente: 981 e 417 famílias para cada movimento. Esse número representa um percentual de 36,32% das famílias que ocuparam os imóveis rurais no contexto do Polo Bom Jardim e 1,73% das famílias no estado (Tabela 6).

Tabela 5: Polo Bom Jardim – Relação das ocupações e famílias – 2001/2014

Municípios	Ocupação total	Nº de Famílias	Demais Movimentos Sociais		MST	
			Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias
			Bom Jardim	1	100	1
Casinhas	0	0	0	0	0	0
Cumarú	1	1	0	0	1	120
Feira Nova	4	590	1	120	3	470
Frei Miguelino	0	0	0	0	0	0
João Alfredo	1	150	0	0	1	150
Limoeiro	2	135	1	90	1	45
Machados	0	0	0	0	0	0
Orobó	0	0	0	0	0	0
Passira	16	1.398	3	417	13	981
Salgadinho	2	190	0	0	2	190
Santa Cruz do Capibaribe	6	496	1	60	5	436
Santa Maria do Cambucá	0	0	0	0	0	0
Surubim	0	0	0	0	0	0
Taquaritinga do Norte	0	0	0	0	0	0
Toritama	1	400			1	400*
Vertentes	4	270	0	0	4	270
Vertentes do Lério	0	0	0	0	0	0
Total	38	3.849	7	787	31	3.062

* Ação conjunta com o CPT

Fonte: CPT, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Tabela 6: Passira – Relação das ocupações e famílias – 2001/2014

Ano base	Ocupação total	Nº de Famílias	OLC		MST	
			Ocupações	famílias	Ocupações	Famílias
2003	1	70	0	0	1	70
2004	6	670	2	310	4	360
2005	5	413	1	107	4	306
2009	1	80	0	0	1	80
2010	1	80	0	0	1	80
2011	1	40	0	0	1	80
2012	1	45	0	0	1	45
Total	16	1.398	3	417	13	981

Fonte: CPT, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

O período de 2004 a 2005 é referência temporal do maior número de ocupações ocorridas no município, sendo um total de onze (11) ocupações de terras, das dezesseis (16) que

ocorreram entre 2001 e 2014. Nesses dois anos, foram ocupados oito (08) imóveis rurais e 1.083 famílias sem-terra foram envolvidas. Ao mesmo tempo, o MST contou com o maior número de participantes, sendo oito (8) e somando um total de 666 famílias ocupantes (Tabela 7). Entendemos que o clima de esperança em torno do II PNRA favoreceu essa intensa atuação do movimento.

Tabela 7: Passira – Imóveis ocupados, movimentos sociais e famílias – 2004/2005

Data e ano base	Imóvel ocupado	Movimento social envolvido	Nº de Famílias
03/09/2004	Fazenda Varamé	MST	120
05/05/2004	Fazenda Carcará	OLC	130
17/05/2004	Fazenda Dependência	MST	80
22/04/2004	Sítio da Prefeitura	OLC	180
05/05/2004	Fazenda Recreio	MST	SI*
23/11/2004	Fazenda Recreio	MST	160
31/07/2005	Faz. Candeias	MST	143
28/03/2005	Fazenda Carcará	MST	100
28/08/2005	Faz. Independência	MST	SI*
22/12/2005	Faz. Independência	MST	63
17/04/2005	Fazenda Santa Helena	OLC	107

* Sem informação

Fonte: CPT, 2004; 2005; Organizado por Hugo A. Morais.

Os dados mostrados acima reafirmam que há um percentual muito elevado de famílias que lutam pela terra no estado de Pernambuco e no município de Passira. Levando em consideração que cada família, em média, possui quatro membros, nos últimos dezesseis (16) anos de ocupações em Passira, foram envolvidos cerca de 5.592 indivíduos que buscaram, através das ações em conjunto com os movimentos socioterritoriais, a mudança das suas condições de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM NÚMEROS E A INCOMPLETUDE DA TERRITORIALIZAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

A luta pela terra reforçada pelos movimentos sociais, com destaque para o papel do MST, tem se materializado em vários PA espalhados no estado de PE. Esses territórios surgem como fruto da disputa territorial que se estabelece, primeiramente, no nível discursivo e se concretizam em práticas, a partir da dinâmica das ocupações de terra, impulsionadas pelos movimentos sociais, e da tentativa do Estado em trazer uma resposta às pressões populares,

tornando-os instrumentos de ordem (MARTINS, 2003) e em certa medida territórios “apaziguadores”.

Porém, dentro desse quadro de disputa, entendemos a concretização da RA como um processo penoso e lento para as várias famílias que se colocam à disposição da luta pela terra. Isso porque, não necessariamente as ações de todas essas famílias camponesas, junto aos seus movimentos socioterritoriais, solucionam substancialmente a totalidade dos seus problemas, principalmente, dos que não conseguem a obtenção da fatia do território do assentamento.

Mesmo com a capacidade de pressão do MST e do discurso de realização da RA por meio das ocupações e do discurso do Estado brasileiro em realizar uma RA massiva e ampla por meio do II PNRA, observamos que a implantação dos assentamentos se dá de forma insuficiente para a maioria das famílias camponesas.

Nessas perspectivas, entende-se que há atores que ganham e outros que perdem no âmbito do conflito. Daí por que não necessariamente as ações de todas as famílias camponesas junto aos seus movimentos socioterritoriais, através das ocupações e acampamentos, solucionam substancialmente a totalidade dos seus problemas, principalmente das famílias que não conseguem a obtenção da fatia do território do assentamento. Um dos grandes problemas desse processo de luta pela terra refere-se ao fato da não implantação dos assentamentos de forma suficiente, isto é, no sentido de atender a todas as famílias envolvidas nas ocupações e nos acampamentos. O número de ocupações não necessariamente representa o número de acampamentos, como também o número de acampamentos não representa um número elevado de assentamentos implantados pelo INCRA.

Para se ter uma noção dessa afirmativa, tomemos como referência, por exemplo, o número de Projetos de Assentamentos criados em PE, no Polo Bom Jardim.

Segundo os dados levantados junto as Superintendências Regionais do Estado de Pernambuco (SR/03 e 29), entre 2003¹⁸ e 2014, foram criados 313 PA, sendo assentadas 18.214 famílias. Deste total, por desapropriação foram implementados um número de 293 assentamentos, representando um percentual de 93,61%, somando 12.404 (68,10%) das famílias de camponeses beneficiadas com esse tipo de ação (Tabela 8). Porém, se tomarmos como referência o número de famílias assentadas por meio de desapropriações e as envolvidas em ocupações, percebemos um déficit no número de famílias que deveriam ser beneficiadas em pelo menos 63.064. Isso só vem confirmar que somente 16.43% das famílias que lutavam pela terra conseguiram atingir o seu objetivo.

¹⁸ Tomamos como referência 2003 como sendo o ano de vigência do II PNRA.

Tabela 8: Pernambuco - Relação número de famílias assentadas e em ocupações – 2001/2014

	Total de PA	Nº famílias assentadas	Nº Famílias Assentadas por desapropriação	Nº de famílias Ocupantes de terra	Saldo (+ ou -)
2003	25	809	805	10.117	(-) 9.312
2004	30	1.709	471	16.674	(-) 16.203
2005	67	2.969	2.253	7.772	(-) 5.519
2006	61	6.396	5.515	9.963	(-) 4.448
2007	49	2.160	1.427	8.341	(-) 6.914
2008	22	1.022	619	5.940	(-) 5.321
2009	14	1.854	218	1.932	(-) 1.714
2010	3	66	62	3.358	(-) 3.296
2011	7	174	114	4.678	(-) 4.564
2012	14	391	344	2.739	(-) 2.395
2013	14	371	366	2.765	(-) 2.399
2014	7	293	211	1.190	(-) 979
Total	313	18.214	12.405	75.469	(-) 63.064

Fonte: INCRA, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais

No caso específico do Polo Bom Jardim, para o período de 2001 a 2014, foram assentadas 233 famílias em uma área que cobre 4.934.1807ha e em 8 PA: Lagoa Comprida, Nova Conquista, Recreio, Independência, Varamé I, Varamé II, Cacimba de Baixo e Maria Alice Gonçalves (Tabela 9). Destes, metade aconteceu no município de Passira, totalizando 130 famílias, o que representa 55,79%. (Tabela 10).

Tabela 9: Polo Bom Jardim – Relação dos PAs – 2001/2014

Municípios	Nº de PA	Ano de criação	Nome dos PA	Obtenção	Nº de Famílias
Bom Jardim	1	01.06.2001	PA Lagoa Comprida	Desapropriação	20
Orobó	1	23.12.2002	Nova Conquista	Desapropriação	39
Passira	4	30.11.2005	Recreio	Desapropriação	130
		16.12.2005	Independência	Desapropriação	
		16.12.2005	Varamé I	Desapropriação	
		22.12.2005	Varamé II	Desapropriação	
Santa Cruz do Capibaribe	1	30.11.2005	PA Cacimba de Baixo	Desapropriação	10
Taquaritinga do Norte	1	29.08.2011	PA Maria Alice Gonçalves	Desapropriação	25

Fonte: INCRA, 2001 a 2014. Organizado por Hugo A. Morais

Porém, se tomarmos como referência o número de famílias envolvidas em ocupações de terra no Polo Bom Jardim e assentadas para o mesmo período, percebemos que o quadro estadual de déficit se repete na região delimitada pelo INCRA. Isso se deve ao fato de 3.849

famílias que ocuparam terra no Polo, somente 233 (6,05%) foram assentadas. O que representa um déficit de 3.570 famílias.

Tabela 10: Polo Bom Jardim - Relação número de famílias assentados e em ocupações – 2001/2014

Municípios	Nº de famílias assentadas por desapropriação	Nº de famílias Ocupantes de terra	Saldo (+ ou -)
Bom Jardim	20	100	(-) 80
Casinhas	0	0	0
Cumarú	0	1	(-) 1
Feira Nova	0	590	(-) 590
Frei Miguelino	0	0	0
João Alfredo	0	150	(-) 150
Limoeiro	0	135	(-) 135
Machados	0	0	0
Orobó	39	0	(+) 39
Passira	121	1.398	(-) 1.277
Salgadinho	0	190	(-) 190
Santa Cruz do Capibaribe	10	496	(-) 486
Santa Maria do Cambucá	0	0	0
Surubim	0	0	0
Taquaritinga do Norte	25	0	(+) 25
Toritama	0	400	(-) 400
Vertentes	0	270	(-) 270
Vertentes do Lério	0	0	0
Total	233	3.849	(-) 3.570

Fonte: INCRA, 2001 a 2014; Organizado por Hugo A. Morais.

Em cima dos dados levantados, observamos que as ações do MST e dos demais movimentos sociais têm um efeito muito forte na territorialização dos camponeses que lutam pela terra. A pressão exercida a partir das ocupações possibilita de fato a construção de um território que tem por base os PA. Ao mesmo tempo, esses dados são no sentido de afirmar que a territorialização do camponês é possível a partir do processo de luta pela terra, junto aos movimentos sociais. Porém, ainda há muito o que se avançar em termos de RA em PE. Por exemplo, se tomarmos o caso de Passira, observamos que a partir das ações populares foram desapropriados pelo menos 1.427,3283ha, a partir de 4 imóveis rurais (Tabela 11). Mesmo assim, ainda há um déficit, que é histórico, muito grande com relação ao número de famílias ocupantes e as assentadas. De 2001 a 2014, participaram de ocupações 1.398 camponeses, sendo assentadas somente 121 famílias (Tabela 24). Esses números revelam que neste município, somente 8,65% das famílias conquistaram os territórios dos PA. O que faz com que a

RA em Passira, em termos de números de famílias beneficiadas, se configure ainda como uma política muito “tímida”.

Tabela 11: Passira –Projetos de Assentamentos Rurais – 2001/2014

PA	Data da criação	Área (ha)	Forma de obtenção	Número de Famílias	Movimento social
Recreio II	30.11.2005	496,4245	Desapropriação	40	MST
Independência	16.12.2005	356,5213	Desapropriação	29	MST
Varamé I	16.12.2005	205,7780	Desapropriação	22	MST
Varamé II	22.12.2005	359,6045	Desapropriação	30	OLC

Fonte: CPT, 2001 a 2014; INCRA, 2001 a 2014. Organizado por Hugo A. Morais.

Outro aspecto importante reside no fato de que a conquista da terra pelas famílias, não, necessariamente, vão conduzi-las a uma apropriação participativa no território. Entendemos que houve significativa conquista, um passo importante para um “recomeço” no que tange à retomada da luta pela terra e uma modificação nas reais condições de vida. Porém, nessa fase, já no território, inicia-se uma série de novos desafios e embates que, na maioria das vezes, apresenta uma série de fragilidades e impasses para uma inserção digna e ativa.

Por isso, com a leitura desses dados, busca-se mostrar a capacidade do MST no que diz respeito ao processo de mobilização de camponeses que procuraram a construção de um espaço de vida em que a exploração e a sujeição ao capital deixem de existir. As ações em torno das ocupações representam um processo de elaboração de espaços de recriação camponesa, uma vez que não se consegue entender as atividades humanas fora dos seus territórios de referência e existência. Ao mesmo tempo, é no e a partir desses espaços que os sujeitos reproduzem e transformam permanentemente suas vidas, existências, objetos, trabalhos e a si mesmos.

REFERÊNCIAS

- CPT. *Dados dos conflitos da terra no Brasil*. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=3164&eid=277>. Acesso em Outubro de 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2º ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- GHON, Maria da. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. Tese (doutorado),

- FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>. Acesso em outubro de 2016.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. *MST: lutas e conquistas*. Publicação da Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2010.
- MORAIS, Hugo Arruda de. *Movimentos sociais e luta permanente pelo espaço do cidadão: as conquistas sociais dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Assentamento Patativa do Assaré em Passira-PE*. Monografia de Graduação, DCG/UFPE. Recife, 2009.
- _____; CASTILHO, C. J. M. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, território e identidade territorial no assentamento Patativa do Assaré em Passira-PE. *Revista Discente Expressões Geográficas*, nº 07, ano VII. Florianópolis, junho de 2011.
- _____. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas?*. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFPE. Recife, 2012.
- _____. Território e a dimensão espacial do discurso em torno dos assentamentos rurais. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 03, p. 298, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PEDON, Nelson Rodrigo. *Movimentos socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica*. FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf. Acesso em novembro de 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *GEOgrafias*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 07-25, 2005.
- SAUER, Sérgio. A luta pela terra e reinvenção do rural. in: XI Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia e conhecimento além das fronteiras. *Anais...* Campinas, 2003.
- STEDILE, Joao Pedro; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.